

SINOPSE DE PESQUISAS HISTORIOGRÁFICAS EM MANUSCRITOS ORIGINAIS INÉDITOS EM DERREDOR DE OBRAS NOSOCOMIAIS MILITARES E RESPECTIVOS ORÇAMENTOS, DESDE A PRIMITIVA CRIAÇÃO DO HOSPITAL REAL MILITAR DA PROVÍNCIA DA BAHIA, ATÉ A INSTALAÇÃO DEFINITIVA EM 24 DE FEVEREIRO DE 1876 NO PRÉDIO “DAS PITANGUEIRAS”, ONDE ESTÁ ESTABELECIDO O ATUAL HOSPITAL GERAL DE SALVADOR - HGeS. (*) () (***)**

SYNOPSIS ON HISTORIOGRAPHICAL RESEARCHES SUPPORTED BY MANUSCRIPTS NEVER PUBLISHED BEFORE CONCERNING TO BUILDING OF MILITARY HOSPITALS AS WELL AS ITS BUDGETARY SINCE THE EARLY CONSTRUCTION OF THE HOSPITAL REAL MILITAR IN THE PROVINCE OF BAHIA TILL THE DEFINITIVE SETTLEMENT IN THE EDIFICE "DAS PITANGUEIRAS", ON FEBRUARY 24, 1876, WHERE NOW EXISTS THE SALVADOR GENERAL HOSPITAL (HGeS).

Antonio Carlos Nogueira Britto

Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins (IBHMCA)

Documentos manuscritos originais exibem a história das obras militares e respectivos recursos orçamentários, desde os Setecentos, na primitiva enfermaria militar da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, Brasil, no Hospital São Cristóvão, discorrendo, ademais, sobre o Hospício da Palma, onde foi instalado emergencialmente uma enfermaria no mosteiro da Ordem dos frades Agostinianos Descalços, situado no Largo da Palma, o Hospital Real Militar, estabelecido no colégio dos extintos jesuítas no Terreiro de Jesus, o Hospital Regimental da Palma, já em definitivo no Largo da Palma, o Hospital Militar da Guarnição da Bahia, funcionando na "Caza do Trem Militar da Bahia", no atual Largo dos Aflitos, até sua transferência para o Hospital Militar - Hospital Geral de Salvador - nas Pitangueiras - Ladeira dos Galés, Brotas.

Palavras-chave: Obras Militares, Orçamentos, Hospitais Militares da Bahia. Brasil.

Earliest written by hand documents since the 18 th century unfold the history of military building of infirmaries and hospitals as well as its estimated budgetary in order to keep in action since the far distant past a soldiers infirmary settled in the hospital São Cristóvão belonging to the Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Brasil. Moreover, the above-mentioned historical documents display as a act of emergency the construction of a infirmary set up in the monastery of the Order of the Discalced Augustinians friars at the Palma public square. The manuscripts also are concerned with the following nosocomial institutions: the Hospital Real Militar functioning in the former College

of the banished Jesuits priests situated at the Terreiro de Jesus; The regularly performing Palma Regiment Hospital; The Garrison Military Hospital of Bahia, settled at the "Caza do Trem Militar da Bahia", at the now existing Aflitos public square till its definitive moving to the Military Hospital - The Salvador General Hospital at Pitangueiras, Galés steep street in Salvador, Bahia.

Key-words: Military buildings, Budgetary, Military Hospitals, Bahia, Brazil

Endereço para correspondência: Prof. Antonio Carlos Nogueira Britto, Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e/ou Instituto Bahiano de Historia de Medicina e Ciências Afins. Largo do Terreiro de Jesus, 40025-010, Salvador, Bahia, Brasil.
C-elo: nogueirabritto@yahoo.com.br
Site/link: [www.medicina.ufba.br/historia da medicina](http://www.medicina.ufba.br/historia_da_medicina)

(*) Este trabalho deverá ser submetido para publicação na Gazeta Médica da Bahia.

(**) Apresentado em sessão de tema livre no XI Congresso Brasileiro de História da Medicina, em Goiânia, Goiás - 18 a 21 de outubro de 2006.

() Conferência recitada no Hospital Geral de Salvador - HGeS - em 28 de julho de 2011***

A Assistência aos Militares enfermos na Bahia desde 1549.

1549 - O Hospital Real Militar da Bahia era uma enfermaria do Hospital São Cristóvão, da Santa Casa, alugada pela Coroa Portuguesa, desde a fundação da cidade, em 1549.

1767, 4 de julho: O vice-rei governador-geral do Brasil, Antonio Rolim de Moura Tavares (1767-1769), Conde de Azambuja, reportava-se ao tratamento dos militares no Hospital da Misericórdia e o pagamento pela Fazenda Real por cada soldado enfermo, mostrando a conveniência em construir um hospital militar no seminário que fora dos Jesuítas.

Asseverava o vice-rei que S. M. pagava à Misericórdia, para curativo, por cada soldado, 200\$000 réis por dia e fornecia água para os forçados das galés; dos 200 réis recebidos, a Santa Casa dava dois vinténs à botica e lhe restavam oito para o “trato” do soldado; estes, nas convalescenças, recebiam “vaca” e farinha de pão, “baratissimas” na cidade da Bahia, compensando outras despesas “emquanto dura a força das molestias ...”; eram freqüentes as queixas dos militares, tratados em uma só enfermaria, calorenta, assistidos por um só enfermeiro e “do mantimento ...de má qualidade.”

Opinava que seria melhor que S. M. fizesse um “Hospital à parte, para os Militares, dependente só do Governo”, pois era “o unico meio de elles serem bem curados e assistidos”, e serviria “excellentem.^{te} a Caza dos P.^{es}

da Comp.^a chamada o *Seminario*, que tem toda a boa comodidade, sem necessitar de despeza para dispor para o dito ministerio”.

1776, 12 de agosto: O Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em Lisboa, alertava para grandes armamentos, com oito regimentos castelhanos de tropas de transporte, que saíam de Cadiz “e se destinavam em parte ou em todo a surpreender essa capital”.

Imediatamente, o governador e capitão-general da capitania da Bahia fortificou a urbe, e empenhou-se por localizar um sítio seguro e cômodo para acolher e tratar os feridos de guerra, decidindo-se pelo convento ou hospício da Palma, da Congregação dos frades "Agostinhos" (Agostinianos) Descalços, que estava desabitado.

Durante o diligente arranjo para adaptar o hospício da palma em hospital militar, esta cidade da Bahia foi açoitada pelo terrível contágio das "bexigas". Destarte, de imediato, o convento ou hospício da Palma foi modificado para socorrer os enfermos pela epidemia.

1777, 18 de junho: Aviso do ministro e secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro ao governador e capitão-general Manoel da Cunha Menezes, dando conta de haver-se ajustado entre as cortes de Madri e a de Lisboa, cessação de armas e hostilidades, ordenando a Rainha que os navios castelhanos em derrota à Bahia sejam como de costume, em tempo de paz.

1779, 19 de janeiro: Resposta do governador da capitania da Bahia Manoel da Cunha Menezes, ao ministro Martinho de Mello e Castro, em derredor de representação do Vigário Provincial ds Agostinhos Descalços discordando da ordem "porque foy destinado o Convento chamado da Palma, dos ditos Religiosos, para Hospital dos Soldados e hoje convalescença deles delles". Esclareceu o governador e capitão-general que o hospício da Palma, achava-e abandonado, servindo de residência de um religioso e de um leigo velho, quando a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino avisou que os "Hespanhoes intentavão invadir esta Capital, que me previnisse para soffrer hum bombardeamento e acautelasse hum desembarque" " e não vendo outro melhor, que o dito Hospicio, que estava deshabetado, fallei ao intitulado Vigario na lembrança que tinha, o qual promptamente m'o offereceu como bom vassalo".

Reformado o hospício da Palma, foi enviada ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos a planta do hospício que exhibia as paredes que se demoliram, as portas, que se arrancaram, e as janelas, e as salas que se desfizeram, consoante a queixa do vigário geral em sua representação; Manoel da Cunha Menezes, governador e capitão-general, lamentava não se poder apresentar o estado de ruína do hospício, antes de ser transformado em hospital.

As demolições foram apontadas com a letra X e Y; as benfeitorias: o

telhado, que estava a derruir pela térmita que atingiu caibros; reconstruíram-se as escadas, portas e janelas de madeiras podres; as latrinas, “que não tinham expedição” e se fizeram junto da capela mor foram tampadas e se construíram outras com expedição em local afastado da igreja.

E continuou no seu arrazoado o governador e capitão-general da capitania da Bahia: "Nesta infeliz situação em que me achava assim como todos os mais, que aqui rezidião nesse tempo, e consternado de ver morrer todos dias muitos soldados tanto pagos, como auxiliares e Indios, homens moços, pios era raro o que escapava da morte tendo entrado no Hospital (da Santa Casa de Misericórdia da Bahia - N.A.): com o parecer dos medicos e cirurgiões, fiz mudar os doentes. Os atacados de epidemia para o Collegio, que tinha sido dos extinctos Jesuitas, e os que padecião pequenas molestias e feridas, para o Hospital citado, para não tornar a succeder, o que me constou tinha succedido, de terem entrado alguns para o Hospital com pequenas feridas e morrerem de bexigas".

E acrescenta: "Pelo que, Exmo. Sr. não emanou de ordem o tomar eu o Hospicio para hospital, foi sim a necessidade e os sentimentos de humanidade, como se viu no dia seguinte da mudança dos doentes, não ter que fazer a tumba".

Consoante o relatório do governador Manoel da Cunha Menezes, o hospital da Santa Casa dispunha de uma única enfermaria, com 70 leitos apertados, com 400 enfermos, deitando em camas e esteiras 2 e 3 doentes pela coxia da enfermaria, sob a Arcada, que formava o Claustro.

Para economia da Fazenda Real, os doentes foram internados no Colégio dos tangidos Inacianos, em diferentes enfermarias, sendo a vez primeira em que o Colégio dos Jesuítas funcionou como Hospital Militar, ficando o hospicio para convalescença de 3, 4 e mais meses.

1797, 7 de agosto: No Palácio de Queluz é apresentado o regulamento para os Hospitais Militares: o físico-mor requererá ao Comandante em Chefe do Exército, para as obras nos Conventos, ou edificios, onde houverem de se estabelecer hospitais ...”

1799, 4 de outubro: Representação das religiosas do convento da Lapa sobre um projetado hospital militar, que devassaria o monastério, “... sendo tambem p.^a temer, q’ alguns temerarios pela vizinhança da cerca, se animem a saltar por ella, p.^a aquelles máos fins, q’ da malicia humana Se deve recear, ...”.

O governador colocaria grades, “ou outros reparos” nas janelas, cessando a queixa “com a resolução que tomei de mandar consertar para este fim, o Collegio de Jesus dos extinctos Jesuitas.”

1799, 4 de outubro: Do governador D. Fernando Jozé de Portugal a D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre os inconvenientes de tratamento na Santa Casa por não existir "... caza de convalescença, nem enfermarias separadas para determinadas doenças contagiosas, ...".

Lembrou "... que com alguma despeza, se podia fazer hum bom hospital no Collegio de Jesus dos extinctos Jesuitas, aproveitando-se para este fim hum edificio nobre, e evitando-se que o tempo o não acabasse de destruir e arruinar de todo ...".

Mandou-se "... proceder ao concerto necessario, evitando-se desta sorte a maior despeza de hum novo hospital, ... ", "..., esperando-se que dentro de hum anno pouco mais ou menos, fiquem os doentes alli recolhidos ..."

Portanto, 4 de outubro de 1799 é a exata data da criação do Hospital Real Militar da Bahia, instalado no antigo Colégio dos Jesuítas. 1809, 13 de setembro: O cirurgião-mor do Hospital Real Militar da Bahia, Jozé Soares de Castro, elaborou o seu Regulamento. Evidenciou-se a sua ampliação com uma ou duas enfermarias para os convalescentes e mais três para o tratamento de moléstias contagiosas.

1830, 2 de outubro: O sargento-mor inspetor do já recém-nomeado Hospital Militar da Bahia, requeria concertos em um "lanço do soalho" da enfermaria d'Assumpção, arruinada e com grandes rombos, que provocariam "desastre" nas pessoas, "em serviço dos doentes", e a fuga dos tratados na prisão em pavimento inferior, ajudados pelos de cima, por meio de lençóis e cobertores das camas, içados ao andar superior, escapando pelas janelas, que só se fechavam nas "estações tempestuosas"; as obras, pedidas em 1827, foram interrompidas; solicitou-se reparos do arrombamento recente na privada pelos prisioneiros.

1830, 25 de outubro: Orçamento "da vistoria" no "Hospital do Colégio" pelo Trem Militar da Bahia: 4:643\$840 - "concertos" da "Officina de Carpina" "p.^a a Enfermaria de S. Luiz", de S. Fernando, de "S. Fran,^{co} de Paula", "de S. Jozé"; da "Prizão grande", entrada do hospital, portas e telhado; "Officina de Pedreiro": desentupimento e concerto das "cloacas", ladrilhar, "tomar rebóqueo", e caiar, mão de obra, suprir a sapata do paredão p.^a a parte da montanha, fazer seis bulartes, (sic) – (baluartes? = apoios, suportes), concerto do mirante, q.' serve de "Caza d'Anatomia", reboque das paredes etc.

1832 – Decreto de 17 de fevereiro de 1832 extinguiu os hospitais militares e criou os Regimentais, para estabelecerem-se próximo do quartel, ou dentro dele. O Hospital Militar do Colégio retornou em meados de 1832 para o quartel da Palma. Os doentes alojaram-se em duas coxias da caserna "alcunhadas de enfermarias", de "fraca construção", que serviria, ao depois, de quartel da Companhia de Inválidos.

1844 – Transferência do Hospital Regimental do Quartel da Palma, por decreto de 25 de novembro de 1844, para a Caza do Trem Militar aos Afflictos".

O presidente Francisco Jozé de Souza Soares de Andréa, ao depois Barão da Caçapava, despendeu 6:127\$218 na restauração, concluída, parcialmente, em 1847.

1856, 7 de abril de 1856 - Visita da "Commissão de Hygiene Publica" ao hospital: dotado de 4 enfermarias, 80 leitos, enfermaria dos officiais, todas com "tecto" forrado, janelas fronteiras, e paredes úmidas. "Clocas" exalando mau cheiro. No pátio, escavação profunda para a cisterna de água pluvial.

A "Commissão" aconselhou aproveitar o encanamento do chafariz da Praça da Piedade para levar água até o Passeio Público e ao hospital para a utilização de água potável e considerava inútil a cisterna por ser inconveniente à salubridade.

No edifício, construíram uma botica com “casinha” para o “Pharmaceutico”. Era presidente da província da Bahia Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima.

1857 – Desobstruiu-se o esgoto do “cano” da latrina e taparam-se com dezesseis pedaços de tábuas velhas, os rombos no “cano” que se tinha feito lançando-se sobre astábuas o entulho para se vedar miasmas que exalavam pelo arrombamento, “que de certo m.^{to} mal deve fazer aos doentes, e a vizinhança do Hospital”.

Solicitou-se, em 16 de fevereiro, a caiação e pintura do hospital e das barras das paredes e a confecção de oito lampiões grandes “como os atuaes da Illuminação Publica”, com correntes e carretéis de latão e pesos de chumbo para equilíbrio.

Com a “boca da cisterna” e o “cano” do “Hospital Regim.^{tal}” gastou-se com materiais e “jornais”, ou “jornaleiros”, – (operários diaristas) - : cento e oito mil e quarenta e quatro réis.

Era presidente da província João Lins Viera Cansansão de Sinimbu, ao depois Visconde de Sinimbu.

1857, 25 de fevereiro – A repartição das Obras Militares achou o esgoto do “cano” do Hospital Regimental com falta de sete palmos de “abobada”, contados do esgotador, e com o vão entre as paredes laterais entulhado, parecendo ser de propósito destruída a abobada e entulhado o vão por alguns dos moradores, ou proprietários do prédio, por onde passa, e esgotava o referido “cano”. Ainda mesmo que se “prohiba” a serventia da latrina, é indispensável limpar e reparar o “cano”, por ser o único que existe para o esgoto das “agoas pluviaes”, que sem terem outro caminho para escoar, ficará o “pateo” do Hospital encharcado, prejudicando assim aos doentes. No caso dos doentes se servirem de vasos de madeira, e não da latrina, serão estes de dimensões menores, do que as que “teem” os que estão em uso.

1858, 17 de setembro – Posse do diretor do Hospital Militar, o major Nicoláo Carneiro da Rocha.

Era presidente da província Manoel Messias Leão

Em 19 de setembro, o diretor solicitou construir diferentes acomodações para os empregados.

17 de dezembro – O prisioneiro Antonio Francisco evadiu-se, pela manhã, da enfermaria dos presos, pela latrina, tendo serrado um balaustre da porta que vai para o galinheiro; o diretor pediu a “promptificação” de uma prisão fechada para evitar fugas.

1859, 5 de abril – O Dr. Francisco Pereira de Aguiar, “Cap.^m d’Engenheiros Director Int.^o das Obras Militares, orçou as obras provisórias para o hospital e abertura da parte do corpo da frente, descoberta do lado da varanda do pátio, também descoberto – total: 3:883\$09.

5 de maio: Orçamento de um novo “cano” para as “cloacas” : 3:840\$100. Era presidente da província Francisco Xavier Paes Barreto.

27 de setembro – Obras em 1859 e 1860: 6:335\$520 réis - novo “cano”, quase concluído; reparação de grande parte do telhado, ainda não concluída; cobertura de parte de edifício, ainda não acabada; consertaram-se todo os soalhos; “meteu-se” água no prédio trazendo-a da Companhia do Queimado.

Despesas com as obras no Hospital Militar de 1.^o de Julho a 27 de setembro de 1859: Materiais: 3:146\$170 – “Jornais” (Operários diaristas): 3:187\$350 – Total:

6:333\$52. Era presidente da província Manoel Messias Leão. 1860, 9 de janeiro – Solicitação de cômodos para depósitos de medicamentos vindos do Arsenal de Guerra em local fora da botica e de um mesmo espaço dentro da botica para armazenar parte dos mesmos.

Era presidente da província Herculano Ferreira Pena.

26 de setembro – Orçamento de um tubo de folha de ferro para tornar as “cloacas” o mais inodoras possível: 56\$760.

28 de setembro - Idem para as divisões da “caza de banhos” (banheiros): 862\$36. Era presidente da província Antonio da Costa Pinto.

1862, 8 de janeiro - Medidas preventivas se eclodisse o “cholera-morbus”:

1. “Tapar-se quanto antes o poço que existe no pateo do Hospital.”
2. “Pedir-se grande porção de roupas de cama.”
3. “Estabelecer-se perto do Hospital, uma enfermaria para nella serem tratados os cholericos.”
4. “Que seja quanto antes caído todo o estabelecimento, e que seja mantido em todo elle o mais perfeito acêio.”

Era presidente da província Joaquim Antão Fernandes Leão.

14 de maio – Requereu-se ao diretor: 1.º - “cimentar as enfermarias, fazendo lateralmente em todas ellas estrados, em que serão collocadas as camas. 2.º substituir por portas de grades as de taboas, que actualm.^{te} existem; isto tem por fim poder se ter fechadas as enfermarias, sem diminuir sua ventilação. 3.º substituir por luzes de gaz, collocadas fora das enfermarias as de azeite, de que se faz uzo no centro dellas; isto tem por fim melhorar as condições do ar athmospherico respirado pelos doentes durante a noite. 4.º fornecer um biombo a cada enfermaria. 5.º estabelecer-se uma porta entre o estabelecimento e a caza do deposito dos cadaveres; isto tem por fim evitar que os corpos sejam transportados pela rua para serem nella depositados, e permittir, que esta sala si preste para as authopsias; logar este de que se carece o Hospital ”

Na mesma data, foi sugerida a construção do pavimento superior para onde deveriam ser removidas as enfermarias.

O presidente da província, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, visitou o hospital, em novembro de 1862, successo que instou o diretor Nicoláo Carneiro da Rocha a dar conta das medidas sanitárias e administrativas por ele já levadas a efeito.

1863, 3 de outubro – O diretor reiterou as solicitações ao antecessor daquela autoridade e acrescentou a “construcção” de uma grade de madeira, que separasse a entrada do hospital do seu interior, e conserto e pintura geral dos forros, portas, rodas-pés e barras das enfermarias.

Naquele ano, fez-se o caiamento geral. O hospital era contíguo ao passeio publico, no qual passeavam os doentes por não terem um lugar apropriado para este fim

O diretor das obras militares opinava que o hospital deveria mudar-se para a casa da Boa Vista, na freguesia de Brotas, situada no subúrbio, em local salubre. 1866, 13 de janeiro – Relatório do tenente-coronel diretor das Obras Militares, Thomaz da Silva Paranhos, ao presidente Manoel Pinto de Souza Dantas, sobre a casa da Boa Vista: Na sua posse, em 1.º de fevereiro de 1962, visitou o hospital nos “Afflictos” e constatou que não tinha condições higiênicas e sendo esta última parte da competência dos médicos daquele estabelecimento, “lastimou a sorte dos seus camaradas”.

Para a transferência do hospital, “que bem merece a denominação de Hospital dos Afflictos, ou da Reclusão”, procurou uma casa adequada nos subúrbios. No dia 5 de novembro de 1862, visitou a da Boa Vista, onde morou o poeta Castro Alves. Quedou-se ante extensa roça, com muito boa água, uma belíssima e espaçosa casa de morada (então precisando de conserto), e um mirante, cuja vista era extremamente apreciada ...

... Examinou a água da fonte S. Antonio, sendo fresca, de sabor agradável e transparente.

Inobstante seu parecer favorável à mudança, coadjuvada pela opinião da Comissão Médica, “accredita que motivos mui ponderosos tem retardado esse grande beneficio

...”

1870, 29 de outubro – Suma da Enfermaria Militar da Bahia ou Hospital Militar da “Caza do Trem dos Afflictos”:

“.....acha-se estabelecida na antiga casa que servio de deposito de artigos bellicos, a qual fica ao largo dos Afflictos, contigua á entrada do passeio publico.

O prospecto deste edificio assemelha-se antes á uma antiga fortificação, que a um estabelecimento publico de saude.

... construido em lugar elevado, vizinho do campo, proximo de muitas arvores frondozas, fora de emanções deleterias, e por consequencia em condições hygiénicas.

...mas resta-se a falta absoluta de janellas, em sua parte anterior, para circulação e renovação do ar, tendo apenas na extensão da reforçada muralha uma porta de entrada.

... O edificio de que se tracta não sendo completo em condições de salubridade para uma caza de saúde, é perante as luzes do século, os princípios da civilização moderna, e as leis universais da humanidade, o mais impróprio e condemnavel possível”.

Era presidente da província da Bahia o Barão de São Lourenço, Francisco Gonçalves Martins.

1872, 15 de janeiro – O presidente João Antonio de Araujo Freitas Henriques, recebeu a nomeação do tenente-coronel Cypriano da Rocha Lima para o lugar do major diretor Nicoláo Carneiro da Rocha.

1872, 25 de outubro - O Ministério dos Negócios da Guerra solicitou informações acerca das obras do novo Hospital Militar nas Pitangueiras, no alto da “Fonte das Pedras”.

1873, 16 de janeiro – O Governo Imperial nomeou, nesta data, para a direção do hospital, o major Joaquim Antonio da Silva Carvalho, “Coronel Comandante Superior Reformado e Major Honorário do Exército”.O hospital dos “Afflictos” lá permaneceu até 24 de fevereiro de 1876, quando mudou-se para o “predio de Joaquim Jozé de Oliveira”, nas Pitangueiras, onde permanece até os dias atuais.

O prédio foi comprado, por aviso do Ministério dos Negócios da Guerra, de 17 de fevereiro de 1872, pelo preço de Rs 70:000\$000 e o presidente da província orçou as obras para transformar o edificio em hospital, em Rs 33.249\$386.

Denominações diversas e transferências:

Hospital Real Militar, instalado na enfermaria-botica do extinto Colégio dos Jesuítas, em 4 de outubro de 1799, até 17 de fevereiro de 1832;

Hospital Nacional Militar e Hospital Nacional Imperial Militar, anteriormente Hospital Real Militar, de 1822 até 1825, nova denominação desde a guerra pela Independência, ainda estabelecido no Colégio dos Padres;

Hospital Militar da Bahia, de 1825 a 1832, ainda funcionando no Colégio dos Inacianos;

Hospital Regimental da Bahia, desde 17 de fevereiro de 1832, quando retornou do Colégio dos Jesuítas em 1.º de julho do mesmo ano (1832) para o quartel da Palma;

Hospital Militar da Bahia ou Hospital da Guarnição da província da Bahia – Decreto de 25 de novembro de 1844, mudando-o do quartel da Palma para a “**Caza do Trem Militar dos Afflictos**”;

Hospital Militar, transferência dos “Afflictos” para as Pitangueiras, em 24 de fevereiro de 1876, onde funciona até hoje e recebeu as seguintes denominações:

Enfermaria Militar da Bahia – Aviso de 05 de março de 1878.

Hospital Militar de 2.ª Classe – Decretos de 22 de março e de 07 de abril de 1890;

Hospital Militar de 3.ª Classe – Decreto de 18 de junho de

1919; **Hospital Militar de 1.ª Classe** – Decreto de 31 de

dezembro de 1921; **Hospital Militar de Salvador** – Decreto de

14 de janeiro de 1937;

Hospital Geral de Salvador – Portaria n.º 284, de 08 de julho de 1953 – (Ministério do Exército/ Comando Militar do Nordeste/ Sexta Região Militar/ Hospital Geral de Salvador, HGeS).

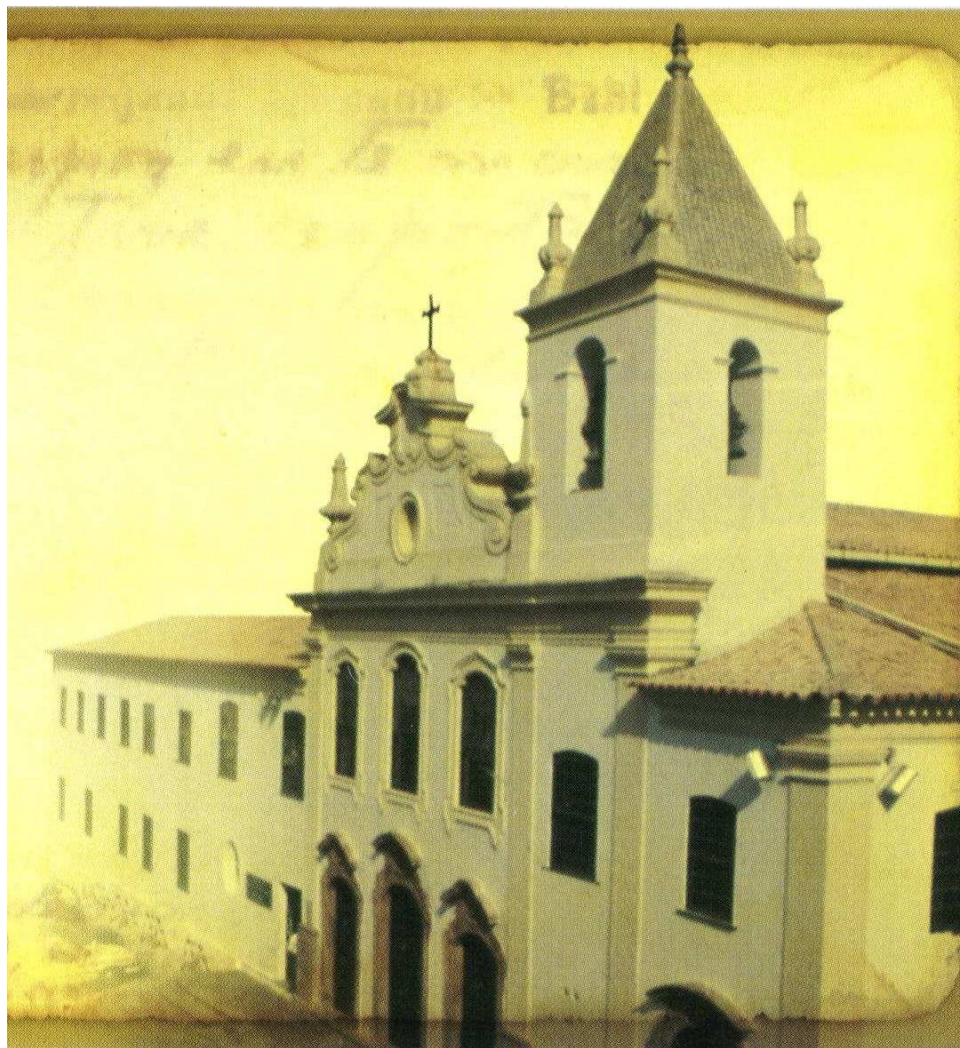


Hospital São Cristóvão, da Casa da Santa Misericórdia, aos fundos. - (Enfermaria Militar era a denominação dada ao setor do hospital da Pia Casa, estipendiada pela coroa portuguesa para tratar os militares enfermos)

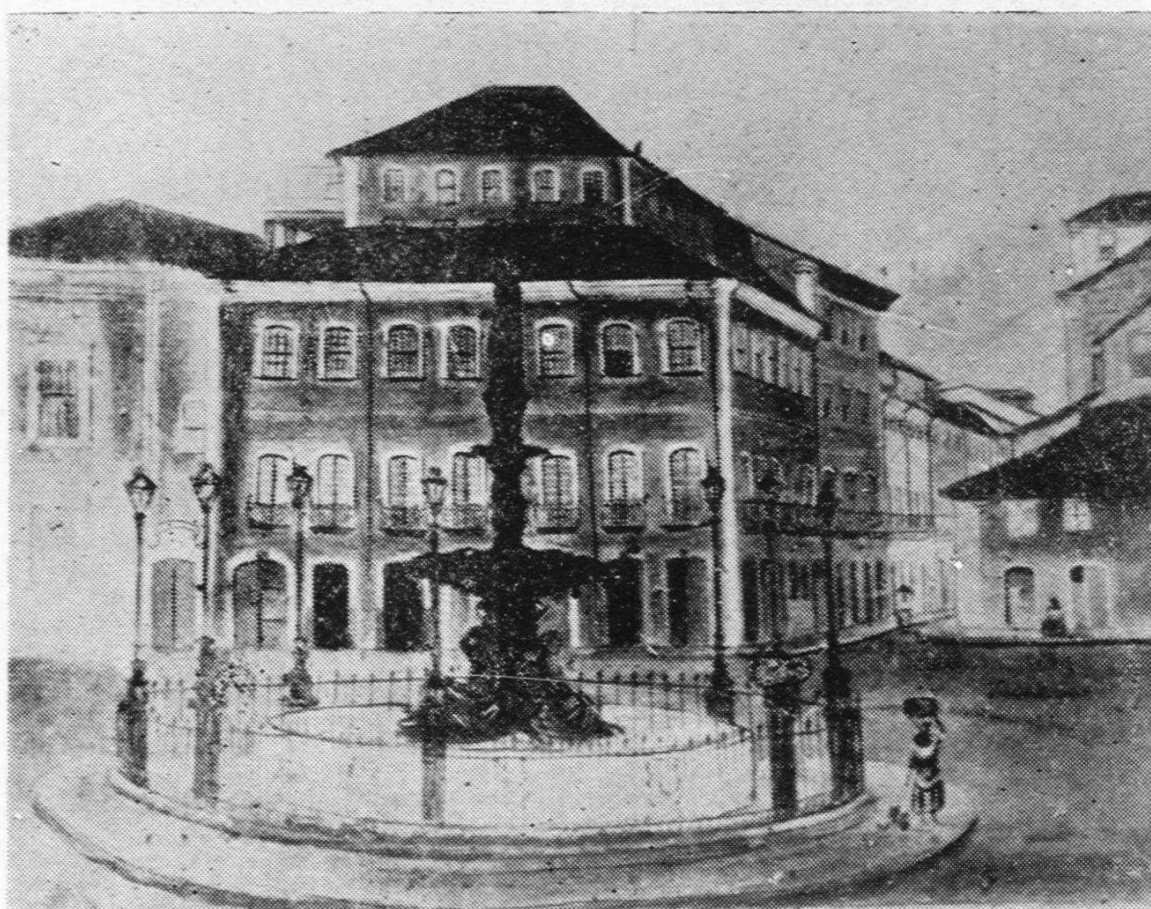


Uniforme do Regim.^{to} dos Úteis 1.^o de Milícias.

Uniformes do Regimento dos Úteis 1º de Milícias, capitania da Bahia.



Hospital Militar da Palma, primitivamente instalado no Hospício de Nossa Senhora da Palma, em 1776, no outeiro de Nossa Senhora da Palma, no atual largo da Palma. Na mesma época, o Colégio dos Jesuítas, no Terreiro de Jesus, e o Hospital da Palma, socorreram as vítimas da "bexiga".



Parte da fachada do Hospital Real Militar (entrada) — Grande prédio Colonial ligado à vida da Cidade, na esquina da antiga Rua Portas do Carmo (hoje Alfredo Eritto) — e na outra esquina o Mercado do Peixe.

Hospital Real Militar da Bahia, no Largo do Terreiro de Jesus. (Fundado em 4 de outubro 1779).



Cirurgião Mor
Jozé Soares de Castro
Estrella



Cirurgião Mor
Manoel Jozé

Cirurgiões-mores, primeiros professores oficiais de Medicina no Brasil, na Escola de Cirurgia de Anatomia e Cirurgia, desde 23 de fevereiro de 1808, para dar lições teóricas e práticas de Anatomia e as de Operações Cirúrgicas e Cirurgia especulativa e prática, respectivamente, no Hospital Real Militar da cidade da Bahia, instalado no antigo Colégio que fora dos tangidos padres inacianos.

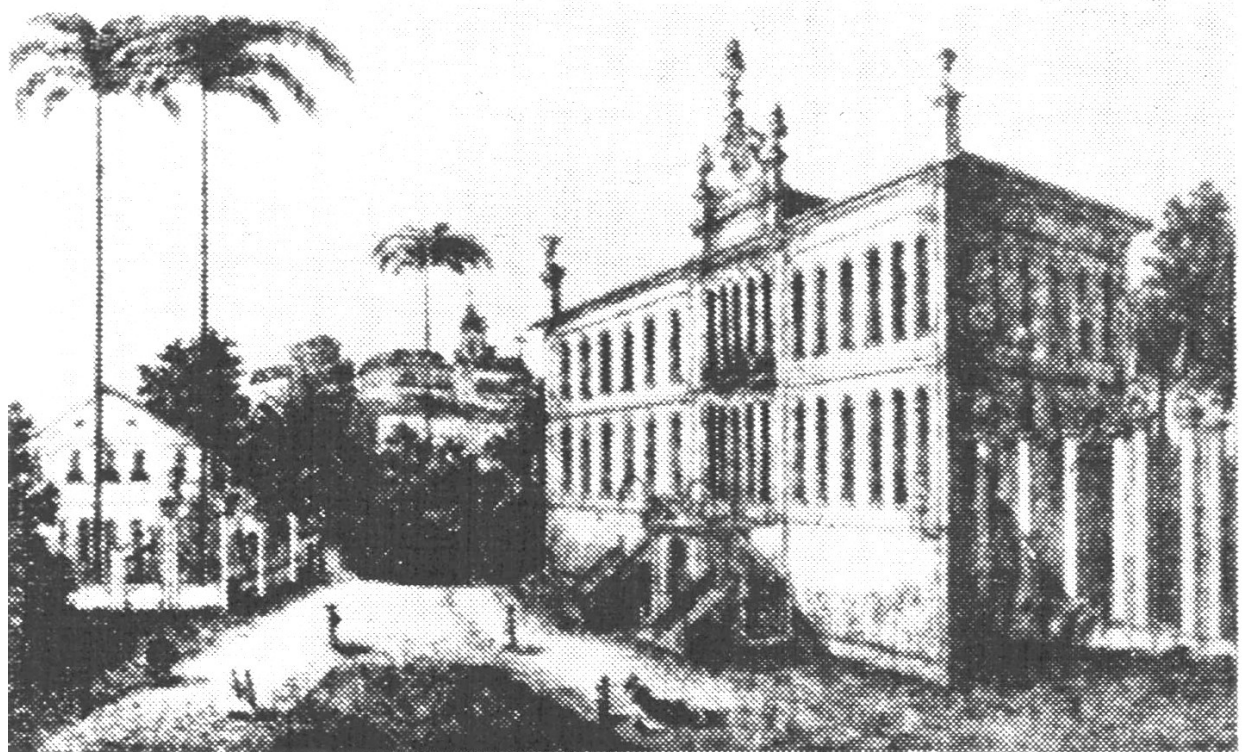
As sobreditas lições foram criadas pela Carta régia de 18 de fevereiro de 1808, por meio da qual D. Fernando José de Portugal remetia ao Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia, João de Saldanha da Gama Mello e Torres, Sexto Conde da Ponte, por determinação do Príncipe Regente D. João, a carta que atendia os ideais e instâncias do Conselheiro Dr. Jozé Correa Picanço, Cirurgião-Mor do Reino.



albúmen 23,2 x 27 cm c.1875 GF

Vista do Passeio Público.

Passeio Público nas proximidades do Hospital da Guarnição da Província da Bahia, que funcionava na "Caza do Trem dos Afflictos", no largo dos Aflitos, atual quartel da Polícia Militar do Estado da Bahia.



HOSPITAL MILITAR

Hospital Militar nas Pitangueiras (Atual Hospital Geral de Salvador - HGeS).



Atual Hospital Geral de Salvador – HGeS

Bibliografia Consultada

Fontes Manuscritas

Originais:

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB - Seção de Microfilmagem

1. "Suplemento do Catálogo de Documentos sobre a Bahia existentes na Biblioteca Nacional - Divisão de obras Raras - Publicações de - 18 de junho de 1777 - Vol. 68 - Doc. 19. N.º 6.269 do C;E.H.B. - I - 31, 29,45.
2. "Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro - Publicado sob a administração do Diretor Geral Dr. Manoel Cícero Peregrino da Silva - 1914 - Volume XXXVI - Rio de Janeiro - Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional - 1916".
3. "Inventario dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar, organizado para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro por Eduardo de Castro e Almeida, 1.º Conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa e Director da Secção IX - Archivo de Marinha e Ultramar - IV - Bahia - 1798-1800 - Volume 36".
4. Arquivo Histórico Ultramarino - Conselho Ultramarino 4 de julho de de 1767 - Caixa 41 - Doc. N.º 7636.

- 5. Arquivo Histórico Ultramarino - Conselho Ultramarino - 19 de janeiro de 1779 - Caixa 53 - Doc. N.º 10.067 - 10.068.
- 6. Arquivo Histórico Ultramarino - Conselho Ultramarino - 17 de março de 1797 - Caixa 88 - Doc. N.º 17.192.
- 7. Arquivo Histórico Ultramarino - 21 de setembro de 1799 - Caixa 100 - Doc. N.º 19.474-19.477.
- 8. Arquivo Histórico Ultramarino - Conselho Ultramarino - 4 de outubro de 1799 - Caixa 100 - Doc. N.º 19517 - 19.518.
- 9. Arquivo Histórico Ultramarino - 13 de julho de 1800 - Caixa - Doc. N.º 20.628-20.630. e Provincial - Maços 3740, 3741 e 834.
- 10. Arquivo Histórico Ultramarino - Conselho Ultramarino - 27 de agosto de 1800 - Caixa 107 - Doc. N.º 20.833-20-835.
- 11. Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB - Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Guia da Colônia - Repartições e Autoridades Militares - "Hospital Real Militar" - (1805-1818)
- Maço N.º 435.
- 12. Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB - Colonial - Jozé Soares de Castro - Relatório de 13 de setembro de 1809 - Maço N.º 435.
- 13. Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB - Presidência da Província - Militares - Quartel do Comando das Armas - (Hospitais Regimentais) - (1832-1859). Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Maço N.º 3394.
- 14. Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB - Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Maços 3740 e 3741.
- 15. Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB - Guia do Império da Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Maços 3728, 3740, 3741, 3742, 3743 - Livros 834, 835 e 838.

Obras Militares:

- 16. Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB - Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Presidência da Província - Militares - Obras Militares - Maço N.º 3723 (1876-1877); Maço N.º 3726 (1831-1861); Maço N.º 3727 (1827-1869); Maço N.º 3728 (1869-1889); Maço N.º 3732 (Hospital das Pitangueiras - (1875-1876); Maço N.º 3734.
- 17. "Relatorio" - "Relatorio com que o Exmo. Snr. Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da Provincia, passou interinamente a administração da mesma ao Exmo. Senhor Manoel Maria do Amaral - Vice-Presidente / 15 de dezembro de 1863 - Bahia / Typ. Poggetti - de Tourinho & C.a / Rua do Corpo Santo n. 47 / 1864, p. 17.
- 18. "Falla que recitou o presidente da província da Bahia o desembargador João José de Moura Magalhães n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma província em 25 de março de 1848 - Bahia - Typographia de João Alves Portela - Rua da Oração, casa n. 8, 1848". p. 55.
- 19. Presidência da Província - Governo - Avisos recebidos do Ministério da Guerra - (Originais) - Seção de Arquivo Colonial e Provincial - N.º 834 - Ano 1872; N.º 835 - Ano 1873;

20. Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB - Presidência da Província - Guia do Império da Seção de Arquivo Colonial e Provincial / Militares / Obras Militares - (1873) - Orçamento (Hospital das Pitangueiras) - Maço N.º 3728.

Fontes Impressas: "Fallas / Relatorio":

21. "Falla / Commendador Antonio Candido da Cruz Machado - 1º de Março de 1874 - Typographia do 'Correio da Bahia' - Rua d'Alfandega n.º 31 - 1874 - Bahia".

22. "Relatorio" - "Desembargador Henrique Pereira de Lucena - 5 de Fevereiro de 1877 - Typographia do 'Jornal da Bahia' - 1877 - Bahia".

Outras Fontes Impressas:

23. Silva, Desembargador Antonio Delgado da - "Collecção de Legislação Portugueza - Ordem Régia - 7 de agosto de 1797 - Typographia de Luiz Correa da Cunha - Anno de 1860 - Período: 1791-1801 - pp. 419-444".

24. Arquivo Público do Estado da Bahia - Anais - Ano 1985 - Volume 48 - Volume LIV da Coleção de Ordens Régias - 1755 e 1756 - (Vol. 54 - Doc. 58) p. 15.

25. Arquivo Público do Estado da Bahia - Anais - Ano 2000 - Volume 57 - Volume LXXIV da Coleção de Ordens Régias - 1770-1779 (Vol. 74 - Doc. 20) - p. 12.

26. Ibidem - Volume XC - 1798 - 1800 (Vol. 90) - Doc. 47.) p. 407.

27. Silva, Coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e, - Memórias Históricas e Políticas do Brasil - Vol. III - Imprensa Official do Estado - Rua da Misericórdia n.º 1 - p. 20; pp. 10-13; pp. 20-21.

28. Vilhena, Luis dos Santos - Cartas de Vilhena - Ano de 1802 - A Bahia no Século XVIII - Volumes (Livros) I e II - Notas e comentários de Braz do Amaral - Apresentação de Edison Carneiro - Editora Itapuã - Bahia - 1969 - Vol. II, p. 415.

29. Andrade, Maria G. L. de - Resumo da Historia do Brazil - The Athenaeum Press - Ginn & Company Proprietors - Boston - New York - London - 1894 - p. 133; p. 135.

30. Campos, Ernesto de Souza - Santa Casa de Misericórdia da Bahia - Origem e Aspectos de seu Funcionamento - Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia - N.º 69 - 1943 - pp. 213- 252.

31. Azevedo, Thales de - Povoamento da Cidade do Salvador - Editora Itapuã - Coleção Baiana - 1969 - pp. 300-395.

32. Arquivo Público do Estado da Bahia - Biblioteca Collecção de Leis do Imperio do Brazil de 1832 - Parte segunda - Rio d Janeiro - Typographia Nacional - 1874 - Actos do Poder Executivo - pp. 10 e 11.

33. Britto ACN. A medicina baiana nas brumas do passado. 1.^a edição. (Arquivos do Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins), Contexto e Arte Editorial: Salvador, p. 51-54; 55-62; 161-163; 297-300; 301-309; 365-374, 2002.

34. Britto ACN. Disponível em www.medicina.ufba.br/historia.